



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010		Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.646	8.305	Fornecedores		229	45
Ativo financeiro indenizável	5	797	823	Impostos e contribuições sociais	7	175	153
Concessionárias	6	891	781	Dividendos	11.2	1.220	1.137
Impostos e contribuições sociais	7	227	75	Devolução tarifária			147
Despesas pagas antecipadamente		68	11	Obrigações estimadas com pessoal	9	108	261
Outros créditos			18	Encargos regulamentares e setoriais	10	37	28
				Outras contas a pagar		19	6
		10.629	10.013			1.788	1.777
Não circulante				Não circulante			
Ativo financeiro indenizável	5	19.118	19.425	Partes relacionadas	8	15	3
		19.118	19.425	Encargos regulamentares e setoriais	10	87	50
						102	53
				Patrimônio líquido			
				Capital social	11.1	21.512	21.512
				Reservas de lucros	11.3	6.345	6.096
						27.857	27.608
				Total do patrimônio líquido		27.857	27.608
Total do ativo		29.747	29.438	Total do passivo e patrimônio líquido		29.747	29.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	21.462	2.703	-	24.165
Aumento de capital - 6ª alteração do contrato social	50			50
Dividendo adicional aprovado		(17)		(17)
Lucro líquido do exercício			4.547	4.547
Destinação do lucro				
Dividendos propostos			(1.137)	(1.137)
Dividendo adicional proposto		3.410	(3.410)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.512	6.096	-	27.608
Dividendo adicional aprovado		(3.410)		(3.410)
Lucro líquido do exercício			4.879	4.879
Destinação do lucro				
Dividendos propostos			(1.220)	(1.220)
Dividendo adicional proposto		3.659	(3.659)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	21.512	6.345	-	27.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
Receitas	12	6.518	6.223
Custo de operação			
Pessoal		(576)	(688)
Materiais e serviços de terceiros		(907)	(567)
Outros custos de operação		(73)	(66)
	13	(1.556)	(1.321)
Lucro bruto		4.962	4.902
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(205)	(199)
Outras despesas e receitas operacionais		(38)	(45)
	13	(243)	(244)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		4.719	4.658
Receitas financeiras		628	188
Despesas financeiras		(17)	(6)
Resultado financeiro	14	611	182
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		5.330	4.840
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(451)	(293)
Resultado líquido do exercício		4.879	4.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010
Geração do valor adicionado	7.203	6.776
Receita operacional	7.203	6.776
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.161)	(796)
Materiais	(64)	(22)
Serviços de terceiros	(1.033)	(730)
Outros custos operacionais	(64)	(44)
Valor adicionado bruto	6.042	5.980
Valor adicionado líquido produzido	6.042	5.980
Receitas financeiras	628	188
Valor adicionado total a distribuir	6.670	6.168
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	375	558
Benefícios	78	22
FGTS	27	27
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.241	951
Estaduais	1	
Municipais	1	21
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	17	6
Aluguéis	51	36
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	1.220	1.137
Lucros retidos	3.011	2.758
	3.659	3.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.330	4.840
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Ativo financeiro indenizável - baixa	333	661
Despesas pagas antecipadamente	6	(11)
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		1
Encargos regulamentares e setoriais		
- provisão e atualização monetária	80	73
	5.749	5.564
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(110)	288
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(152)	(50)
Despesas pagas antecipadamente	(63)	
Outros créditos	18	47
	(307)	285
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	184	41
Tributos e contribuições sociais	23	13
Obrigações estimadas com pessoal	(153)	154
Encargos regulamentares e setoriais	(34)	(22)
Devolução tarifária	(147)	147
Outras obrigações	13	(5)
	(114)	328
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	5.328	6.177
Imposto de renda e contribuição social pagos	(452)	(272)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	4.876	5.905
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	12	(21)
Dividendos	(4.547)	(918)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(4.535)	(939)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	341	4.966
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.646	8.305
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.305	3.339
	341	4.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Evrecy Participações Ltda. (Empresa ou Evrecy), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada atualmente pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, tem como principal objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 3 de março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aprovou através da Resolução autorizativa nº 1.823, a transferência da concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. - CESA para a Evrecy, regida pelo Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, de 14 de novembro de 2008, referente às Linhas de Transmissão (i) Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); (ii) Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); e (iii) Aimorés - Mascarrenhas (circuito-1) (230kV) e Subestação Mascarrenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, mediante cisão parcial da CESA.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Evrecy com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

Em 17 de outubro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Energest, deliberou a redução do capital social da Energest em R\$27.891 e, a título de restituição do valor correspondente à redução do capital social foi aprovado a atribuição do controle acionário da Empresa para a EDP - Energias do Brasil S.A.

Por meio do Despacho nº 4.899, de 20 de dezembro de 2011, a ANEEL através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF aprovou a redução no capital social da Controladora Energest.

Em 23 de dezembro de 2011, a ANEEL (i) atestou que a instrução do pedido de transferência atende aos requisitos jurídicos, financeiros, técnicos e fiscais exigidos pela ANEEL, (ii) registrou que a Energest encontra-se adimplente com todas as obrigações intrasetoriais e (iii) recomendou a emissão de resolução autorizativa em favor da EDP Energias do Brasil S.A., bem como a aprovação do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008 - ANEEL. Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL votou a cerca da transferência do controle societário direto da Empresa:

(i) pela emissão de resolução autorizativa, a fim de autorizar a transferência, do controle societário direto da Empresa detida pela Energest S.A. para a EDP Energias do Brasil S.A.;

(ii) por estabelecer que a reestruturação societária ora autorizada seja implementada e formalizada em 90 (noventa) dias e que os documentos comprobatórios da formalização da operação sejam encaminhados à ANEEL no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua efetivação; e

(iii) pela aprovação da minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008 - ANEEL, a qual deverá ser assinada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data em que for comprovada a implementação da transferência em questão.

Do Contrato de Concessão:

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, com vigência até 17 de julho de 2025, estabelece as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica referente às Linhas de Transmissão (i) Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV), (ii) Conselheiro Pena - Aimorés (230kV), (iii) Aimorés - Mascarrenhas (circuito 1) (230kV) e a Subestação Mascarrenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Durante a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Empresa terá liberdade total na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia, visando garantir bons

níveis de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia, integração social e preservação do meio ambiente. A legislação específica sobre as normas regulamentares, instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A receita da Transmissora é denominada RAP (Receita Anual Permitida) que possui reajuste anual sempre no mês de julho. A composição do valor é efetuada através de um modelo matemático onde são consideradas as Instalações de transmissão integrantes da Rede Básica, as demais instalações de transmissão, as instalações de conexão contratadas entre a Transmissora e os usuários e a parcela de ajuste do período.

As principais obrigações estipuladas no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Empresa.

Empresa: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pela disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

2. Base de preparação e práticas contábeis**2.1 Base de preparação****2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Empresa estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com a *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

A Empresa não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber**• Ativo financeiro indenizável (Nota 5)**

Inclui os recebíveis do Poder Concedente, ou por quem ele indicar, relacionados com o reembolso dos serviços de construção da rede de transmissão e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão ao qual a Empresa terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro ao término da vigência do contrato de concessão.

• Concessionárias (Nota 6)

Representadas pelo faturamento mensal informado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS destacada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão.

c) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7 e 15)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

d) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços.

f) Benefício pós-emprego (Nota 18)

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

g) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridos até a data do balanço.

h) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de uso do sistema de transmissão de energia elétrica e de operação e manutenção da mesma rede são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento da tarifa de uso do sistema de transmissão é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros auferidos em aplicações financeiras.

i) Instrumentos financeiros (Nota 16)

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixas e equivalentes de caixa, Ativo financeiro indenizável, Contas a receber de concessionárias e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento

de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

j) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/09, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. Em 9 de dezembro de 2010 a Resolução CFC nº 1.318/10 aprovou o OCPC 05 - Contratos de Concessão o qual definiu o modelo a ser considerado para as empresas de transmissão de energia elétrica. Com base no entendimento da maioria dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica definiu-se que o modelo que melhor reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro, como segue:

i) a Receita Anual Permitida, assegurada anualmente, a qual contempla a construção, a operação e a manutenção, é realizada (recebida/aferida) pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização (transporte de energia) pelos usuários (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores), portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão;

ii) o poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro;

iii) a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar; e

iv) a parcela do ativo financeiro relativa à indenização dos ativos, quando aplicável, deve ser incluída no modelo do fluxo de caixa, considerando a premissa adotada pela Administração para o seu recebimento.

k) Dividendos (Nota 11.2)

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa ao final do exercício, com base no contrato social e aprovado em reunião de Diretoria.

l) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

m) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

n) Demonstrações de valor adicionado

A Empresa elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

2.3. Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Empresa ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Empresa não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Empresa ainda não vigentes**IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, substanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações do exercício de 2010
2.4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa foi apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é efetuada a partir do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para consistência com as práticas da controladora EDP - Energias do Brasil S.A.

3. Revisão tarifária periódica - Evrecy

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008 - ANEEL e o seu Primeiro Termo Aditivo, estabelece para a Evrecy a data de 1º de julho de 2009 para a Primeira Revisão Tarifária Periódica e ciclo revisional de 4 anos. Entre Revisões são aplicados os Reajustes Anuais na data de 1º de julho de cada ano, corrigindo a RAP do ano anterior pelo IGPM, adicionada ou subtraída a Parcela de Ajuste apurada nos últimos doze meses.

Através da Resolução Homologatória nº 1.171/2011, de 28 de junho de 2011, a ANEEL estabeleceu as RAPs das concessionárias de transmissão de energia elétrica para o Ciclo 1º de julho de 2011 a 30 junho de 2012.

A RAP da Evrecy para o ciclo 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 é de R\$8.205, acrescido da Parcela de Ajuste referente ao ciclo anterior de R\$2, totalizando uma receita para o novo ciclo de R\$8.207.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	4.060	2.185
Aplicações financeiras - renda fixa	4.586	6.120
Total	8.646	8.305

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Empresa possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancários remunerados a taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 16.

5. Ativo financeiro indenizável

A Empresa estimou o valor do ativo financeiro indenizável da concessão com base nos respectivos valores residuais contábeis na data de transição em 1º de janeiro de 2009, por considerar impraticável a aplicação retroativa do ICP01 - Contratos de Concessão, conforme orientação do OCP05 - Contratos de Concessão, mensurando-o, após o reconhecimento inicial, pelo custo amortizado, sendo este o montante que a Empresa entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor, considerando as incertezas existentes hoje no valor indenizável dos ativos de energia.

O saldo no circulante de R\$797 em 31 de dezembro de 2011 (R\$823 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente, ou por quem ele indicar, pela prestação de serviço de construção da rede de transmissão, nos próximos 12 meses, e o saldo no não circulante de R\$19.118 (R\$19.425 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao restante do crédito a receber do Poder Concedente a ser reembolsado até ao final da concessão.

6. Concessionárias

	31/12/2011	31/12/2010
Concessionárias		
Operação e manutenção dos serviços da rede	891	781
Total circulante	891	781

7. Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - compensáveis		
PIS e COFINS		60
IRRF sobre aplicações financeiras	118	
Outros	109	15
Total	227	75

Passivo - a recolher

Imposto de renda e contribuição social	107	109
ICMS sobre diferencial de alíquota	24	
PIS e COFINS	25	24
Outros	19	20
Total	175	153

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
Concessionárias									
Uso do sistema de transmissão	Bandeirante	30/12/2002	17/07/2025	9	15			116	107
	Escelsa	30/12/2002	17/07/2025	193	7			868	1.159
	Lajeado Energia	28/10/1999	17/07/2025	2	2			21	21
	Enerpeixe	28/10/1999	17/07/2025	1	1			14	13
Conexão do sistema de transmissão	Energest	01/08/2005	17/07/2025	83	56			603	360
	Escelsa	01/08/2005	17/07/2025	66	57			524	383
	Total			354	138			2.146	2.043
Partes relacionadas									
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	12/05/2012				3	(15)	(36)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	Escelsa	01/01/2011	31/12/2014			6		(51)	
Serviços de consultoria ambiental	Energest	01/01/2011	31/12/2014					(132)	
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011			8		(95)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	31/12/2014			1		(17)	
	Total					15	3	(310)	(36)
				354	138	15	3	1.836	2.007

aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Empresa é a EDP - Energias do Brasil S.A.

8.2 Remuneração dos administradores

A Empresa não teve dispêndios no exercício com os profissionais chaves da Administração.

9. Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	96	250
INSS e FGTS	12	11
Total	108	261

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2011.

10. Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quota de reserva global de reversão - RGR	27	17		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7	7	87	50
Taxa de fiscalização - ANEEL	3	4		
Total	37	28	87	50

11. Patrimônio líquido
11.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 é de R\$21.512, representados por 21.512.367 quotas.

A Empresa não possui capital autorizado, conforme contrato social.

11.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado anualmente pela Empresa terá a destinação que lhe for determinada pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Nenhum dos quotistas terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação. Por deliberação da controladora EDP - Energias do Brasil S.A., a Empresa poderá levantar balancetes mensais, trimestrais ou semestrais, distribuindo então os lucros existentes, conforme previsto no Contrato Social da Empresa.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	4.879	4.879
Destinação do lucro:		
Dividendos propostos	1.220	
Dividendo adicional proposto	3.659	

11.3 Reservas de lucros

	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de lucros		
Retenção de lucros	2.686	2.686
Dividendo adicional proposto	3.659	3.410
Total	6.345	6.096

12. Receitas

	R\$	
	2011	2010
Receita de operação e manutenção	2.427	2.257
Receita de construção	797	823
Receita financeira de concessão	3.788	3.523
Outras receitas operacionais	191	173
Subtotal	7.203	6.776
(-) Deduções à receita operacional		
P&D	(73)	(71)
RGR	(320)	(205)
PIS/COFINS	(292)	(277)
Receita	6.518	6.223

13. Gastos operacionais

Custo do serviço	2011		2010	
	Despesas operacionais	Despesas operacionais	Despesas operacionais	Despesas operacionais
Gerais e De operação				
Não gerenciáveis				
Taxa de fiscalização	-	-	38	38
			38	38
Gerenciáveis				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	576		576	696
Material	64		64	21
Serviços de terceiros	843	190	1.033	730
Aluguéis e arrendamentos	36	15	51	36
Outras	37		37	37
Total	1.556	205	1.761	1.520
Total	1.556	205	38	1.799

14. Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras		626
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	2	1
Outras receitas financeiras		3
		628
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras		(17)
		(17)
Total		611

15. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	5.330	4.840	5.330	4.840
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(1.333)	(1.210)	(480)	(436)
Outros				
Ajuste lucro presumido	1.004	971	334	358
Incentivos fiscais Adicional IRPJ	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	(305)	(215)	(146)	(78)
Alíquota efetiva	5,72%	4,44%	2,74%	1,61%

16. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Empresa efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

16.1 Considerações gerais

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para apuração do valor justo a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Partes relacionadas, Ativo financeiro indenizável e Fornecedores.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.646	8.305	8.646	8.305
Ativo financeiro indenizável	797	823	797	823
Concessionárias	891	781	891	781
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	19.118	19.425	19.118	19.425
	29.452	29.334	29.452	29.334
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	229	45	229	45
Não circulante				
Partes relacionadas	15	3	15	3
	244	48	244	48

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		8.646	8.646		8.305	8.305
Ativo financeiro indenizável	19.915		19.915	20.248		20.248
Concessionárias	891		891	781		781
	20.806	8.646	29.452	21.029	8.305	29.334
			31/12/2011			31/12/2010
	Outros ao custo amortizado	Total		Outros ao custo amortizado	Total	
Passivos financeiros						
Fornecedores	229	229	45	45	45	45
Partes relacionadas	15	15	3	3	3	3
	244	244	48	48	48	48

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2011	Mercados idênticos	Mercados similares
		Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	8.646	4.060	4.586
	8.646	4.060	4.586

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumentos financeiros.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira.

A Empresa reconhece, na rubrica Ativo financeiro indenizável, um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

O saldo de Concessionárias é composto principalmente de contratos de encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado pela ANEEL e o saldo de Fornecedores é composto de materiais e serviços, pelo fato de possuírem giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para estas rubricas. Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimos.

16.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos instrumentos avaliados aproxima-se do seu valor contábil.

16.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. No exercício de 2011 a Empresa não realizou nenhuma captação de recursos.

16.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar

liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

17. Cobertura de seguros

A Empresa mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Subestações	52.684
Responsabilidade civil	48.556
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	653

18. Benefício pós-emprego

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada, os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e administra um plano PGBL contratado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Empresa. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadora, a Empresa contribuiu no exercício com R\$24 (R\$18 no exercício de 2010).

Esse plano tem a adesão de 4 colaboradores.

19. Compromissos contratuais e garantias

19.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, as obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2011		
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos
Obrigações de compra	3.425	2.094	1.331
	3.425	2.094	1.331

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente prestações de serviços necessários para o decurso normal de sua atividade operacional da Empresa. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Empresa.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Empresa.

19.2. Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2011	31/12/2010
	Valor	Valor
Aval de acionista	264	221
	264	221

Aval de acionista: O aval prestado pelo acionista tem a finalidade de garantir a contratação de seguro de vida. No aval, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

20. Meio ambiente

A Empresa está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Empresa por eventual inobservância da legislação.

DIRETORIA

Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Presidente

Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor

Carlos Yoshio Motoki
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade
Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Operacional de Contabilidade Técnica
CRC 1SP137290/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria e Quotistas da

Evrecy Participações Ltda.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Evrecy Participações Ltda.** ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores

e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evrecy Participações Ltda. em 31 de dezembro

de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, cuja apresentação não é requerida à Empresa pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9